



DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Justiça tem pouca presença feminina

Pesquisa comparou o Judiciário brasileiro com o de 50 países e constatou a baixa representação no país

» MARIA EDUARDA CARDIM

No Dia Internacional da Mulher, ainda que os avanços conquistados em diversas áreas marquem a data, também chama a atenção a escassez da representatividade feminina em diferentes setores. No Poder Judiciário, a falta de igualdade de gênero foi confirmada por uma pesquisa feita pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), em parceria com a Universidade de Oxford, na Inglaterra. Apesar do gradual aumento da participação feminina em cortes, a ausência de mulheres observada nos mais de 50 tribunais ao redor do mundo, avaliados pelo levantamento, é ainda mais flagrante no Brasil.

A pesquisa, que avaliou a diversidade do Judiciário no período de 21 anos, indicou que o país tem uma taxa de apenas 11,1% de mulheres — diante de 26% de taxa global de mulheres nas cortes (veja arte ao lado). Entre 27 candidatas a uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) nesse período de mais de duas décadas, apenas três eram mulheres: Ellen Gracie, Cármen Lúcia e Rosa Weber.

Discrepância

A juíza federal e coordenadora da Comissão Ajufe Mulheres, Camila Pullin, 43 anos, explica que diversas pesquisas feitas no Judiciário apontam que na Justiça Federal é onde se observa menos diversidade. “Essa desigualdade acaba sendo menor na base, e à medida que você vai progredindo na carreira, isso vai afunilando”, afirma.

A desigualdade de gênero

Sem diversidade

Pesquisa da Ajufe com a Universidade de Oxford mostrou que o Brasil tem, na Justiça, um desequilíbrio de gênero e raça acima da média global

Levantamento avaliou o judiciário de 51 países entre 2000 e 2021



Bárbara Cabral/D.A Press



Dos membros do Supremo Tribunal Federal, só dois são mulheres: Rosa Weber e Cármen Lúcia

dentro das cortes do país é sentida na pele por Camila, que é uma das quatro mulheres em um universo de 20 juizes da Justiça Federal em Alagoas. “Aqui somos quatro mulheres, mas, por um bom tempo, fui a única juíza ao lado de outra em um universo de 20 magistrados”, lembra.

Esse aumento gradual de mulheres nas cortes também foi observado pela pesquisa da Ajufe ao redor do mundo. Em 2000, havia 15,6% de mulheres nos 52 tribunais pesquisados, enquanto em 2020 o percentual subiu para 36,6%.

A professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Karina Denari, que faz parte da equipe de coordenação técnico-científica da pesquisa, explica que esse crescimento de mulheres nas cortes aconteceu de diversas maneiras ao redor do mundo. “Na Europa, foi de forma gradual, enquanto o Equador, diante de uma política de cotas de gênero, nomeou 12 mulheres entre 2007 e 2019”, exemplifica.

Segundo Karina, o próximo passo da pesquisa é identificar diferenças e semelhanças entre os países que têm uma maior igualdade de gênero no Judiciário para ajudar aqueles com pouca representatividade feminina nas cortes a melhorar a situação. Camila Pullin defende que um Judiciário mais plural é necessário para que, de fato, represente a sociedade da qual faz parte.

“O Judiciário que resolve conflitos precisa, também, refletir essa sociedade e quem somos. Um Judiciário plural e diverso tem condições de dar respostas mais democráticas à sociedade”, salienta.

Governo lança hoje programas voltados para elas

» CRISTIANE NOBERTO
» DÉBORA HANA CARDOSO
» MARIA EDUARDA ANGELI*

Dois decretos voltados às mulheres serão assinados, hoje, pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) por ocasião do Dia Internacional da Mulher. O primeiro institui o Programa Mães do Brasil, de proteção à maternidade, e o segundo abrange a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino (Brasil para Elas e o Comitê de Empreendedorismo Feminino) — que,

entre outras iniciativas, amplia a oferta de crédito.

Isadora Valença Dias, de 27 anos, de Sobradinho, é mãe e microempreendedora e vê a iniciativa positivamente. Mas toca num ponto fundamental: os juros. “Crédito me ajuda se forem baixos e se eu for aprovada”, explicou.

A empreendedora americana Katie Pierozzi, 41, de São Paulo, é mãe de três filhos e avalia que políticas como as que serão lançadas hoje devem ser permanentes. “O governo escolhe um dia para

alavancar algo que precisamos que seja do dia a dia”, criticou.

Se para a economia há iniciativas voltadas para o público feminino, o mesmo não se pode dizer da política — seara em que os avanços têm sido lentos. Desde 2009, os partidos políticos são obrigados a lançar, ao menos, 30% de candidaturas femininas. No entanto, os repasses proporcionais de recursos para elas começaram a ser obrigatório só em 2018.

Foi essa mudança que fez com que o Congresso recebesse 84

mulheres, 77 na Câmara e 7 no Senado. Um aumento de 52,6% da presença feminina, se comparado à legislatura anterior. Mas nem tudo são flores: no total, são pouco mais de 15% das cadeiras do Legislativo.

Até mesmo nas eleições presidenciais há sub-representação feminina. Nos últimos 20 anos, apenas três mulheres se candidataram ao posto mais importante do país. Em 2022, apenas a senadora Simone Tebet (MDB-MS) está na disputa. “Espero ver aprovado meu

projeto que garante 30% de mulheres nos diretórios partidários. Com mulheres nos comandos dos partidos, candidaturas-laranja serão combatidas e serão escolhidas candidatas com real potencial para vencer as eleições”, afirmou.

Na avaliação de Andrea Costa, especialista em direito da mulher e direito eleitoral, a violência política afasta a participação delas. “Começa dentro dos próprios partidos, ao afastarem as mulheres do cotidiano partidário e das decisões diárias”, observou.

COVID-19

Rio derruba máscara até em locais fechados

» MARIA EDUARDA CARDIM
» GABRIELA BERNARDES*

Em mais um passo na flexibilização de medidas restritivas contra a covid-19, a prefeitura do Rio de Janeiro derrubou, ontem, a obrigatoriedade do uso de máscaras em locais fechados, até mesmo nos transportes públicos. É a primeira capital a liberar totalmente a não utilização da proteção.

O decreto assinado pelo prefeito Eduardo Paes desobriga, também, a cobrança do passaporte de vacinação para entrada em alguns ambientes a partir de quando a cidade atingir a cobertura de 70% da população adulta com a dose de reforço. Ele acredita que isso possa acontecer nas próximas semanas.

As medidas foram tomadas após recomendações do Comitê Científico de Enfrentamento à Covid-19 da prefeitura. O secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz, ressaltou que a cobertura vacinal do Rio é uma das “melhores do país”, o que torna o cenário favorável para redução das medidas restritivas na cidade.

Vacina 2 em 1

Apesar de a imunização estar avançando e governadores e prefeitos anunciarem flexibilizações mesmo sem o status de pandemia ter sido suspenso, o Instituto Butantan estuda o desenvolvimento de uma vacina única contra covid-19 e gripe. Segundo a instituição, os primeiros resultados das pesquisas foram considerados promissores e indicam que os testes em humanos podem começar em até um ano.

O novo fármaco, que será inteiramente produzido no Brasil, em fase de testes em modelos animais, que, após imunização, produziram anticorpos reagentes às três cepas do vírus influenza, assim como ao vírus do novo coronavírus.

Segundo o Butantan, a primeira etapa dos estudos não somente mostrou sem a vacina funciona na proteção contra o coronavírus e contra a influenza, como deu indícios de que pode ter uma resposta imune ainda mais robusta e duradoura do que os imunizantes atuais. “Os resultados são excelentes. Estamos vendo que a resposta está muito melhor porque produz uma proteção muito mais eficaz contra os dois antígenos”, explicou o pesquisador científico do Centro BioIndustrial do Butantan, Paulo Lee Ho.

*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

Funcionamento
24h por dia,
7 dias por
semana.

Acompanhe as
ações do GDF.



UPA de Ceilândia

